

Pregão Eletrônico - PE.PPSA.013/2019

Objeto: Fornecimento de 12 (doze) computadores tipo Estação de Trabalho (workstation) para aplicações avançadas de modelagem geológica e geofísica de reservatórios de petróleo para o escritório central da PPSA.

Assunto: Resposta ao recurso impetrado pela empresa DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. ("Decision").

1 - Dos fatos:

A empresa Decision registrou, tempestivamente, em 16 de setembro de 2019, recurso administrativo contra a decisão da PPSA que declarou a empresa TORINO INFORMÁTICA LTDA. ("Torino"), vencedora do certame em epígrafe.

2 - Recurso apresentado:

Em síntese, a recorrente Decision alega que discorda da aceitação da proposta da empresa Torino, indicada como vencedora do Pregão com base na identificação de três supostas inconformidades com as exigências técnicas descritas no correspondente Termo de Referência, quais sejam:

- a) Não atendimento ao item 4.7.2 do termo de referência – unidades de armazenamento diferentes das do tipo SSD;
- b) Não atendimento ao item 4.10.1 do termo de referência - gabinetes com número de baias internas inferior ao mínimo exigido; e
- c) Não atendimento ao item 4.18.6. do termo de referência - garantia padrão do fabricante que não cobre retenção de hardware pela PPSA.

Por fim, a RECORRENTE requer que seja **revista a decisão que declarou a Torino vencedora desta licitação e promova a sua consequente inabilitação e desclassificação**, com base nos argumentos apresentados, bem como que a PPSA proceda à convocação da segunda colocada da fase de lances para que envie sua proposta e documentação de suporte.

3 - Contrarrazões apresentadas:

A empresa Torino apresentou, também, tempestivamente, em 19 de setembro de 2019, contrarrazão, buscando esclarecer objetivamente cada um dos pontos apontados pela Recorrente, solicitando ao final o acolhimento dos argumentos esposados, mantendo a decisão que a declarou vencedora da licitação.

4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

A apresentação do Recurso e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

Segue abaixo a análise do pregoeiro para os pontos levantados pela recorrente em relação a proposta da empresa Torino:

- a) Não atendimento ao item 4.7.2 do termo de referência – unidades de armazenamento diferentes das do tipo SSD:

A PPSA diligenciou o atendimento a este item conforme a seguir:

“Conforme previsto no item 19.2 do Edital em referência, estamos promovendo diligenciamento destinado a esclarecer os seguintes pontos relativos à documentação apresentada para a licitação em referência, quanto ao atendimento ao edital:

A tabela do item 1.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital solicita:

“.....4 (quatro) unidades de armazenamento tipo SSD (Solid State Drive) de 2,5 polegadas, interface SATA, capacidade de, no mínimo, 1 TB,”

A proposta da Torino apresenta 4 (quatro) unidades de armazenamento do tipo “7200 RPM SATA”.

E obteve a seguinte resposta da Torino:

“Conforme solicitado segue esclarecimentos:

A informação que consta em nosso resumo técnico consta neste item um erro formal, visto que o produto ofertado contempla 1 SSD PCI-e e 4 SSD SATA, ambos com capacidade de 1TB, conforme solicitado no edital e seus anexos.

Diante dito segue em anexo resumo técnico corrigindo a digitação do anterior. ”

- b) Não atendimento ao item 4.10.1 do termo de referência - gabinete com número de baias internas inferior ao mínimo exigido:

O item 4.10.1 citado pela recorrente especifica “Tipo torre 06 baias internas para disco de 3.5” ou 10 baias internas para discos de 2.5”.

Na proposta técnica da Torino consta o acessório HP NQ099AA (*used to install greater than four 3.5" HDDs in the factory or when purchasing Aftermarket Option (AMO) drives*), ou seja, o equipamento já possui nativamente 04 baias internas de 3,5" e estarão sendo disponibilizadas mais 02 baias internas, através do uso do opcional acima, no lugar de 02 baias externas do gabinete da workstation ofertada que podem ser adaptadas para este uso.

A área técnica da PPSA está plenamente de acordo com a solução proposta pela Torino.

- c) Não atendimento ao item 4.18.6. do termo de referência - garantia padrão do fabricante que não cobre retenção de hardware pela PPSA.

O item 4.18.6. citado especifica que: *"Todos os componentes devem ter assistência técnica nacional. Caso seja necessário a substituição de HD defeituoso, a peça avariada não deverá ser devolvida ao fabricante. Esta permanecerá com a PPSA em virtude da propriedade intelectual dos arquivos digitalizados que serão salvos no equipamento."*

Em sua proposta e posteriormente ratificado em suas contrarrazões, a Torino confirma que honrará todas as obrigações que decorrem do instrumento convocatório, ou seja, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório prevalecerá, e assim, a proposta apresentada pela Torino está em perfeita consonância com os ditames editalícios previstos.

Além disso, a proposta da Torino declara o pleno atendimento da garantia e que, se for necessário, fará a substituição de eventual disco danificado e que este ficará em posse da PPSA, estando sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual, caso venha a descumprir esta regra.

A recorrente alega, ainda, uma eventual ofensa à princípios licitatórios fundamentais decorrentes de eventual manutenção da decisão recorrida e apresenta várias citações legais, principalmente no que tange à vinculação ao instrumento convocatório e à isonomia.

Neste sentido, a PPSA esclarece que considerou em seu julgamento prerrogativas legais e as condições editalícias, dentre as quais destacamos:

Condições Editalícias:

*"19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses da **PPSA**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.*

*19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive junto a "sites" de consulta pública, na internet, bem como nos arquivos da própria **PPSA**.* (grifo nosso)

Prerrogativas legais:

Esta licitação não é regida pela Lei nº 8.666/1993, onde o seu Art. 43, §3º veda explicitamente a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Esta licitação é regida pela Lei nº 13.303/2016, onde os vícios formais e substanciais, **se sanáveis**, devem ser corrigidos, visando a busca pela melhor proposta para a administração, conforme direcionam o Art. 56 da referida Lei, o Art. 52 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA e orienta a melhor doutrina.

Por todo o exposto nos itens anteriores, não vislumbramos no recurso apresentado comprovação de desrespeito à legalidade, ao princípio da vinculação ao edital e ao tratamento isonômico dispensado aos licitantes, uma vez que a Torino apresentou documentos que atestam que sua documentação atende às normas editalícias.

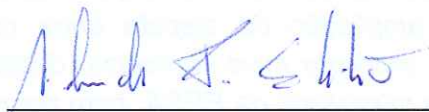
Reiteramos, então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando sobretudo ao atendimento do interesse público, com objetivo de garantir a proposta mais vantajosa para a Administração.

5 - Decisão do Pregoeiro:

Após analisar as alegações apresentadas pela Recorrente, as contrarrazões apresentadas pela Torino, observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração e amparado pela Área Técnica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pela Decision, tendo em vista que, após a análise da totalidade dos documentos apresentados pela Torino, torna-se clara a comprovação da capacidade técnica desta para cumprir o objeto deste edital.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 62, parágrafo 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão do recurso.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2019



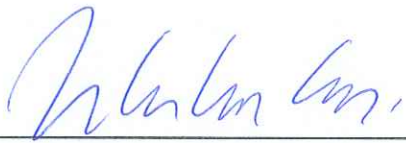
Pregoeiro

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, e considerando que a proposta declarada vencedora atende as condições do edital, fica ratificada a decisão do Pregoeiro e mantida a sua decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

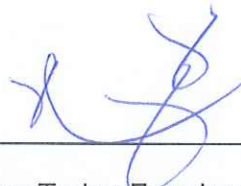
Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2019

Diretoria



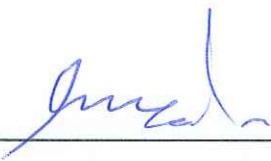
José Eduardo Vinhaes Gerk

Diretor Presidente



Hercules Tadeu Ferreira da Silva

Diretor de Gestão de Contratos



Paulo Moreira de carvalho

Diretor Técnico e de Fiscalização



Samir Passos Awad

Diretor de Administração, Controle e Finanças

